

Dívida externa: renegociação responsável

Moreira Franco

DENTRE os temas que exigem do PMDB um posicionamento claro e imediato, por sua importância para a estabilidade do país, está a renegociação da dívida externa.

Como país em desenvolvimento, que pretende construir uma economia forte e uma ordem social justa, o Brasil não deve continuar algemado à exportação de capital para os países ricos, correspondentes a cerca de 1/4 de nossa poupança interna bruta por ano. É necessário mudar esta situação, gerada pela crise financeira internacional do princípio da década e agravada pelo modelo expoliador imposto pelos credores.

Enquanto nos preparamos para renegociar a dívida externa, devemos lembrar os aspectos negativos inerentes ao relacionamento que o Brasil vinha mantendo com o exterior. A desventura dos brasileiros no período de 1980 a 1984 é muito recente para estarmos novamente flertando com a recessão, esquecidos de que o gigantesco saldo comercial daquele período foi obtido, principalmente, comprimindo as importações — o que só é possível em períodos recessivos.

Se não pudermos ampliar as importações de equipamentos, de insumos essenciais e de tecnologia estaremos reduzindo a produtividade, desestimulando o investimento, prejudicando o abastecimento e agravando o desemprego e a inflação. Em suma, estaremos impedindo a retomada do crescimento econômico autossustentado e aumentando o sofrimento do povo brasileiro, sobretudo dos mais pobres.

O modelo exportador, quando baseado na recessão doméstica, é ineficaz a médio e longo prazos, pois a capacidade do país gerar vultosos superávits comerciais — sua razão de ser — diminui gradativamente na ausência de novos investimentos. O conseqüente atraso tecnológico diminui a produtividade, tornando os preços cada vez menos competitivos no exterior. A estratégia de gerar superávits cada vez maiores, através de desvalorização da moeda e/ou redução dos salários apresisa a falência do modelo recessivo exportador e, conseqüentemente, do país que o adota. É necessário ter coragem e dizer, com toda clareza, que esse receituário demonstrou ser doloroso e ineficaz e que a ele não retornaremos.

Um crescimento estável, garantindo emprego e renda para os brasileiros, passa por um acordo com nossos credores sem prejuízo das importações indispensáveis à retomada dos investimentos capazes de sustentar o crescimento econômico a médio e longo prazos. Esse acordo deverá ainda garantir um nível de reservas internacionais suficiente para financiar as importações do país, durante pelo menos seis meses.

Contudo, não convém reiniciar as negociações com os credores antes de definir claramente os objetivos do país. A sociedade brasileira deseja um crescimento econômico que garanta o aumento da renda per capita. Especificamente, precisamos definir o modelo de crescimento, o volume e a fonte dos recursos necessários para financiá-lo, a contribuição que o país deve dar para ajustar a economia e, conseqüentemente, o que esperamos obter da comunidade financeira internacional.

Uma proposta correta deve consagrar (1) o reescalonamento dos vencimentos de principal dos empréstimos de médio e longo prazos junto aos bancos comerciais, por período longo e com carência plena de pelo menos dez anos; (2) o reescalonamento dos vencimentos de principal e juros de todos os empréstimos junto às agências de crédito governamentais — Clube de Paris — exceto os negociados na Nova República, pelo período máximo até agora concedido a um devedor e com expressiva redução de custos; (3) a capitalização, pelo menos durante os próximos cinco anos, dos juros vencidos dos empréstimos de médio e longo prazos dos bancos comerciais; (4) a definição de regras para a conversão dos juros capitalizados em investimentos, preservando-se a empresa nacional, a transferência de tecnologia, o controle dos agregados monetários e as demais prioridades nacionais; (5) a redução significativa do *spread* cobrado pelos bancos e incidente sobre a dívida total, tomando-se como referência a taxa básica de juros mais baixa prevalecente no mercado internacional e (6) a inclusão de mecanismos de salvaguarda nos acordos com os bancos comerciais, para proteger os compromissos financeiros assumidos contra elevações extraordinárias nas taxas de juros internacionais e/ou significativas deteriorações nas relações de troca do Brasil no comércio internacional.

Paralelamente à elaboração da oposta para renegociar a dívida exter-

na, o governo deve reforçar sua capacidade de negociação, acumulando reservas internacionais e suspendendo os pagamentos de todos os componentes da dívida a serem reestruturados. Assim, já o fizemos com relação à dívida de curto e médio prazos junto aos bancos comerciais e aos vencimentos de principal devidos ao Clube de Paris em 1987. Não obstante, porém, estaremos pagando este ano cerca de US\$ 2 bilhões ao Clube de Paris. A maior parte desses pagamentos poderia ser suspensa — inclusive os decorrentes do reescalonamento feito em 1983/84 e dos empréstimos contratados a partir de 1983, com exceção apenas para os países credores que cumpriram o compromisso de reabrir o crédito oficial ao Brasil.

Se houver necessidade de reduzir ainda mais o fluxo de recursos para o exterior — eventualidade que não antevemos no momento — não nos faltam com base na lei nº 4.131, mecanismos de defesa. Mas é preciso utilizá-los de forma inteligente e sem receios infundados.

O que está em jogo neste momento é, nada menos que o destino do país. Ou vamos ser o parceiro confiável, firme e respeitável no jogo internacional, ou vamos ser o devedor arruinado, temeroso e submisso, que está sujeito a toda sorte de explorações. Ou vamos crescer e reduzir progressivamente as profundas desigualdades que existem entre nós, ou vamos perpetuar e agravar a miséria e a insegurança em que vivem milhões de brasileiros.

Nem o governo, nem os investidores privados, nem a sociedade brasileira podem mais conviver com as incertezas de uma negociação parcial, insatisfatória a cada ano. Uma reestruturação ampla e duradoura da dívida se apresenta como a única forma de liberar recursos para financiar o crescimento, em vez de desviá-lo para pagamento precipitado de uma dívida já inflada unilateralmente, e que se torna cada vez maior e mais onerosa.

Mais do que isso precisamos, e já, criar condições para reconstruirmos o país, livres da instabilidade em que tanto tempo nos debatemos. Sem crescimento e estabilidade econômica dificilmente alcançaremos a estabilidade política e a paz social. E a solução da questão da dívida externa é pré-condição essencial dessa reconstrução nacional.

Moreira Franco é governador do Rio de Janeiro